

representados como sendo vândalos. Para isso, o discurso noticioso faz uso de fontes contrárias ao movimento, como dos civis, interpelados pela dificuldade de locomoção na cidade, inseridos em um cenário caótico. Além disso, faz uso das fontes oficiais, como os policiais, para demonstrar que a represália teve como fim legítimo a contenção da manifestação violenta.

São os manifestantes, representados como vândalos, os responsáveis pela destruição de alguns pontos da cidade, pelas pichações e outras depredações. A cidade estar em “cenário de guerra”, descrito por ela, remete diretamente à representação dos atores sociais como vândalos, violentos e criminosos. A sociedade civil figura nessa narrativa como separada dos manifestantes e como sua vítima. Os policiais são representados como combatentes de uma onda de violência generalizada. Seu papel é de reorganizar a sociedade e manter a ordem. Seguidas vezes a reportagem se ancora em imagens de confronto, violência e embate, associando-as aos manifestantes, todos representados como vândalos e violentos. Um exemplo disso é a apresentação das pedras, fogos de artifício e outros instrumentos que seriam utilizados pelos manifestantes, como provas desse vandalismo. Limpar a sujeira, calcular os prejuízos, fazer consertos, são afirmações que remetem à desaprovação das manifestações.

Os sentidos que percebemos nas três notícias elencadas é o esforço da mídia em pontuar um discurso que representa os manifestantes enquanto uma massa fervorosa à violência ilegítima. Em nenhum momento os ativistas são considerados como parte da sociedade civil, como pessoas que utilizam o espaço público para manifestar suas demandas cidadãs. Para construir sua narrativa, o discurso noticioso busca construir representações dos indivíduos envolvidos nos protestos. Os manifestantes, de modo geral e, neste momento, são representados como vândalos, violentos e criminosos, que buscam desestabilizar a ordem social. A sociedade civil, através dos relatos dos passantes não envolvidos nas manifestações, é representada como vítima do caos instaurado. Os policiais são representados como defensores da ordem social combatentes, ou heróis, possuindo a função de livrar a sociedade civil daqueles que, em função de seus atos, a desestabilizam. As narrativas buscam deslegitimar os protestos, atribuindo a eles um caráter de vandalismo. Perde-se a dimensão política das manifestações em imagens de violência e destruição que são a todo tempo reiteradas.

Agora passamos a descrever e analisar as notícias sobre as manifestações veiculadas nos mesmos canais de televisão uma semana após as notícias acima analisadas. Nelas podemos perceber uma mudança na forma de representação das manifestações.

Desse grupo, a primeira notícia selecionada foi veiculada pela *Record News*, no dia 17 de junho, que transcorre como as demais analisadas. Na maior parte do tempo, a repórter relata os atos de violência e vandalismo realizados pelos manifestantes, e, ao final, diz: “Cabe ressaltar [...] que essa passeata transcorreu pacífica a maior parte do tempo. Arrastou cerca de 100 mil pessoas pela Avenida Rio Branco. Pessoas que deixavam o trabalho por volta das seis horas da tarde desceram e aderiram ao movimento. Houve chuva de papéis picados dos escritórios em apoio aos manifestantes [...] só que um grupo saiu da avenida na tentativa de invadir o prédio (da Assembleia Legislativa) e daí começou todo esse tumulto”.

Podemos perceber, nesta notícia, o início de uma nova abordagem realizada pela mídia televisiva sobre as manifestações. Embora ela saliente os aspectos violentos ocorridos em função dos protestos, demonstra que, em grande parte a manifestação ocorreu pacificamente. Ressalta que os atos de violência exibidos são de autoria de um pequeno grupo de manifestantes, que não estão em consonância com a maioria pacífica. Percebe-se que a representação referida aos manifestantes posteriormente se transformou, e agora eles figuram em dois grupos, um que age legitimamente representando as demandas cidadãs e outro que destoa da maioria, provocando os atos de vandalismo.

A próxima notícia foi veiculada pela *Globo News*, no dia 18 de junho. A âncora diz que esse dia foi “um dia histórico para os brasileiros”, que 250 mil pessoas foram às ruas em diversas cidades do país para protestar contra o aumento das tarifas de ônibus, contra a violência e pela melhoria dos serviços públicos: “[...] eram mais de 100 mil estudantes e trabalhadores que caminharam para construir um país melhor”. A notícia mostra os manifestantes de forma mais próxima, batendo palmas e celebrando o ato de cidadania, bem como suas faixas, bandeiras e cartazes. As fontes escolhidas são os próprios manifestantes, que comentam os motivos pelos quais estão nas ruas. Todos os manifestantes selecionados falam sobre o desejo de paz e liberdade. Aplausos, canções e imagens que mostram a distribuição de flores pelos manifestantes também compõem a narrativa. Um repórter usa a expressão “dia histórico”. Outra repórter, que sobrevoa a manifestação, chama a atenção do telespectador para o fato da maioria dos manifestantes estar usando roupas brancas: “uma

imagem muito bonita de se ver”. O repórter retoma, comentando: “Pessoas de todas as idades se uniram ao processo democrático”. Muitas fontes são ouvidas e todas elas ressaltam os motivos pelos quais protestam. A maioria delas fala em melhorias para a saúde e para a educação e da legitimidade dos indivíduos em ocupar as ruas para protestar. Ouvimos do repórter: “Nas mãos da criança mais flores”, enquanto vemos uma criança às costas do pai. Um manifestante aparece entregando flores aos policiais.

A âncora retoma a fala na bancada: “Como a gente viu, cerca de 100 mil manifestantes protestaram em paz no centro do Rio de Janeiro, mas uma minoria partiu para o vandalismo, provocando destruição em ruas e prédios.”. Segue então, um relato jornalístico, tal qual as outras notícias analisadas anteriormente, mostrando o caos, a violência e o vandalismo por parte dos manifestantes. Porém, desta vez, a notícia pontua que essas ações são de autoria de um pequeno grupo de manifestantes, chamados de “minoría radical e violenta”, que foram, inclusive, rechaçados pela maioria, composta por “manifestantes pacíficos”.

Nos primeiros instantes da notícia percebemos a mudança da abordagem jornalística em relação aos protestos, considerados agora, como movimento social legítimo da ação democrática. Os protestos que antes haviam sido representados somente através de figurações que conferiam violência às manifestações, são agora tomados pela mídia televisiva como um importante momento histórico que o país vive.

No discurso noticioso a sociedade civil é incorporada ao montante considerado pacífico e, portanto, legítimo, das manifestações. Os próprios manifestantes pacíficos são ouvidos em suas demandas. A seleção de suas falas é utilizada para construir a representação da atmosfera pacífica da manifestação. Para isso, a notícia sinaliza as roupas brancas usadas pelos representantes, a distribuição de flores e a participação de pessoas de várias faixas etárias, desde crianças até idosos.

Em contrapartida à representação das manifestações sociais agora mostradas como um movimento pacífico, a notícia aborda a dicotomia entre os participantes. Um conflito é instaurado entre os manifestantes pacíficos, de um lado, e de outro, os manifestantes vândalos, caracterizados como um grupo minoritário e radical. Os manifestantes pacíficos são representados como contrários aos atos de violência, negando, tal como a mídia, a legitimidade desses atos.

A última notícia elencada foi veiculada pela *Band News*, no dia 21 de junho. Ela mostra as manifestações em várias cidades do país. O jornalista fala que em Vitória, a manifestação que começou pacífica, terminou em tumulto, com algumas depredações feitas por um pequeno grupo de manifestantes (os vândalos), sendo repreendidos pela maioria pacífica. Situação que se repete em Florianópolis, em Palmas e Uberlândia.

Esta notícia resume as manifestações ocorridas em algumas cidades do país e reitera a representação maniqueísta entre os manifestantes pacíficos, que tomam o espaço público para reivindicar seus direitos democráticos de cidadãos e aqueles, considerados uma minoria, responsáveis pelos atos de vandalismo, violência e destruição. Em todas as cidades, os manifestantes revoltosos não são reconhecidos como legítimos pelos manifestantes pacíficos, reafirmando o discurso que, anteriormente, a mídia televisiva em questão, vinha anunciando.

Os sentidos que podemos perceber na análise das notícias é a diferença na forma de tratamento das manifestações ocorridas no Brasil. Em um curto período de tempo a mídia televisiva passou a considerar como legítima as manifestações de rua, antes apenas consideradas como vandalismo, violência e tentativa de desestabilizar a ordem pública.

A sociedade civil, que antes era representada como uma esfera fora das manifestações e, além disso, representada de forma vitimizada, foi, em um segundo momento, incorporada a elas. A mídia passou a considerar legítima a ocupação do espaço público, quando estas tomam a maioria das grandes cidades do país e quando a classe trabalhadora insere-se, em peso, às demandas das manifestações. Em seu início, os protestos eram associados apenas aos grupos de estudantes que reivindicavam contra o aumento do preço das passagens. Os discursos midiáticos, em um primeiro momento, não salientaram a dimensão política desses atos de protesto. Somente com o transcorrer das ações e com a grande adesão às manifestações da sociedade em geral, que a mídia passou a representar o movimento como um ato político, de ação cidadã, visando à transformação da realidade do país.

Vale salientar que, desde o início, os protestos transcorreram seu curso natural. Havia sim, conflitos internos e externos, próprios das manifestações sociais, porém apenas os atos mais revoltosos e propriamente sensacionalistas foram marcados pelo discurso midiático.

Destacamos que as manifestações nunca se transformaram no sentido de serem violentas em seu início e passarem a ser pacíficas. O que se transformou foi o discurso midiático sobre elas. Uma prova disso é o apagamento, nas primeiras coberturas, dos mesmos elementos que foram ressaltados nas demais para compor a representação dos manifestantes pacíficos. Pouco vemos a caminhada das primeiras manifestações, nem seus cartazes, faixas, suas palavras de ordem, ou, ainda, seus depoimentos. Embora eles sempre estivessem lá. E nos momentos que os vemos, eles servem apenas para denotar a violência dos atos.

Nas primeiras coberturas, a mídia decidiu por representar as manifestações como atos de violência e vandalismo, na tentativa de deslegitimar os movimentos. Para isso, construir sua narrativa em torno de representar os manifestantes como vândalos, no papel de vilões, contrários à ordem e a paz da sociedade civil. Os policiais, por sua vez, foram representados como heróis, únicos combatentes sobre os quais a sociedade civil despejava suas esperanças. No transcorrer das manifestações e com grande adesão social, o discurso midiático precisou estrategicamente reformular-se.

De ato de rebeldia e violência, as manifestações passaram a ser representadas como um ato histórico por luta e transformação social. Aqueles que protestavam passaram a ser representados como manifestantes pacíficos e, portanto, possuidores de demandas sociais legítimas por reivindicações. No entanto, para reafirmar seu discurso anterior, a mídia segue ressaltando os atos de vandalismo, antes próprios de todas as manifestações que vinham acontecendo, mas agora apenas associados a um pequeno grupo considerado como radical e de esquerda. Neste exercício, ela encontra força dentro do próprio “movimento pacífico” criado por ela, que não reconhece aos atos violentos como próprios da manifestação democrática. Dessa forma, ela legitima o seu discurso através do discurso dos demais manifestantes, construindo uma representação maniqueísta entre ambos. Os valores democráticos, dessa forma, pertencem somente aos manifestantes pacíficos, que, ao menos no discurso televisivo, passaram a figurar somente uma semana depois dos primeiros noticiários sobre as manifestações.

Considerações finais

Desde que, a partir dos acontecimentos históricos do final do século XVIII, gradativamente, os cidadãos passaram a assumir as funções de representação que antes se restringiam às

esferas feudal, monárquica e religiosa, tornando-se uma instância de decisão e de legitimidade, e arrogando-se o direito à informação, foi possível distinguir dois movimentos nesse processo: 1º) a emergência da opinião pública crítica, constituída como esfera independente do estado — nas diversas instâncias sob a denominação de “sociedade civil”; 2º) o deslocamento para os meios de comunicação das discussões concernentes à esfera pública e o lugar de visibilidade das demandas cidadãs.

Assim, a representação midiática, ao apresentar dois personagens, que de forma maniqueísta separam “manifestantes pacíficos” de “vândalos”, de forma alguma dá conta da complexidade das demandas dos cidadãos. Em especial nas primeiras notícias veiculadas pelas emissoras analisadas, os jornalistas parecem sequer entender ou alcançar o significado social da insatisfação popular nas ruas das principais cidades do país (com governos, partidos, poderes legislativos, isto é, com todas as maneiras de atuação de uma democracia que, segundo os manifestantes, “não nos representa”).

Entretanto, estas coberturas (e os personagens que introduzem) se inserem no que Hall (1997) e Woodward (2000) chamam de sistemas de representação, que propõem sentidos a partir dos quais os indivíduos podem posicionar-se. No interior destes sistemas de representação, identidades sociais foram construídas (“manifestantes pacíficos” e “vândalos”), desencadeando um processo de identificação que passou a posicionar os discursos subsequentes, tanto das coberturas jornalísticas que se seguiram quanto dos próprios manifestantes.

Criando e alimentando esta relação maniqueísta, os meios legitimaram sua cobertura inicial francamente desfavorável aos movimentos. É como se afirmassem que desde o começo das manifestações só foram de fato contrários aos “excessos” de uma “minoría” (que, no entanto, recebeu o maior tempo nas coberturas) de, nas palavras de jornalistas e âncoras, baderneiros, marginais, vândalos — e não cidadãos.

Referências

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA – ANDI (2007). **Mídia e Políticas públicas de comunicação**. Brasília: Andi.

CANCLINI, N. G. (1999) **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ.

CHARAUDEAU, P. (2006) **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto.

CHAUÍ, M. (1994) **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática.

COIRO MORAES, A. L., DELLAZANNA, A. L, KROTH, M. E. (2012) Cartas de leitores e mensagens aos leitores: cidadania e consumo no espaço midiático. **Diálogos de la comunicación**, n. 85, out-dez, p. 1-17.

FONTCUBERTA, M. (1993) **La noticia: pistas para percibir el mundo**. Barcelona, Paidós.

GUARINELLO, N. L. (2003) Cidades-Estado na Antiguidade Clássica. In PINSKY, J.; PINSK, C. B. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto.

HALL, S. (1997) The work of representation. In: HALL, S. (org.) **Representation**. Cultural representations and signifying practices. Sage/Open University: London/Thousand Oask/New Delhi.

HAUSER, A. (1972). **História social da literatura e da arte**. São Paulo: Mestre Jou,

MARTÍN-BARBERO, J. (2003) Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, D. de (org.) **Por uma outra comunicação: Mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, , p. 57-86.

RAMOS, R. (1998). Aqui, agora: poder e mito. *Revista FAMECOS*, nº. 9, Porto Alegre, dez., p. 111-117. Disponível em: http://www.pucrs.br/famecos/pos/revfamecos/9/Roberto_Ramos.pdf. Acesso em 11.jul.2013.

RODRIGUES, A. D. (1997) **Estratégias de comunicação: questão comunicacional e formas de sociabilidade**. Lisboa: Editorial Presença.

ROMAIS, A. (2001) (Mídia, democracia e esfera pública. In JACKS, N. **Tendências na comunicação**. Porto Alegre: L&PM.

SOARES, M. C. (2007) **Representações e comunicação: uma relação em crise**. Líbero. Ano X, n. 20, dezembro, p. 47-56.

WOODWARD, K. (2000) Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, T.T. da. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes.

¹ A primeira versão deste artigo foi apresentada no GP Comunicação para a Cidadania do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM 2013), em setembro de 2013, na cidade de Manaus-AM, Brasil.

